



Escola Moderna

N.º 5 • 6.ª série • 2017



Índice

7		
Editorial	<i>Sérgio Niza</i>	
11		
Creche: Primeiras experiências numa comunidade de aprendizagem	<i>Liliana Videira e Sónia Félix</i>	
18		
Das inquietações da escrita	<i>Maria da Conceição Fernandes</i>	
41		
Pensar a Imagem Ver o Texto: um desejo de “experimentalidade”	<i>Estela Vieira Rodrigues</i>	
56		
Produção de obras – Atividade cultural guiada por projetos numa sala de jardim de infância	<i>Alexandra Cruz</i>	
61		
Aprendizagem por projetos no jardim de infância	<i>Isabel Reis e Lina Martins</i>	
68		
Planificação e avaliação cooperativa: um percurso no jardim de infância	<i>Sofia Silva e Ana Sousa</i>	
79		
Gestão cooperativa do currículo no 1.º Ciclo: um percurso	<i>Luís Mestre</i>	
91		
Escritas, um percurso de provocações	<i>Maria Eugénia de Jesus</i>	
97		
Coadjuvação em sala de aula com a psicóloga educacional	<i>Marta Comparada e Sara Paulus</i>	
104		
Construindo percursos inclusivos	<i>Olívia Santos e Inês Filipe</i>	



- 113
Cultura digital, escrita e educação
literária – o programa de Português
no secundário
Maria de Jesus R. Pinto G. Fernandes
- 125
Práticas para uma avaliação dinâmica
em interação cooperada
Elsa Marques
- 132
Escrever e (re)construir
a identidade profissional
*Carla Félix, Carla Morais, Conceição Fernandes,
Estela Rodrigues, Joaquim Liberal, Margarida Rocha
e Noémia Peres*
- 146
O desenvolvimento moral das crianças.
Um olhar crítico aos contributos
das teorias de Piaget e Kohlberg
Cristina Nunes
- 155
Formação cooperada e práticas do
Conselho de Cooperação Educativa.
História de um percurso
Odete Xarepe



Editorial

Sérgio Niza

A diferenciação pedagógica: alguns equívocos

Quando falamos de diferenciação pedagógica, compreende-se melhor o que queremos dizer se nos concentrarmos no trabalho do professor e no esforço que faz para romper com o tratamento uniforme do ensino simultâneo tradicional.

É útil, por isso, distinguir esta designação de diferenciação pedagógica da de diversificação curricular. A gramática tradicional da escola tal como a diversificação curricular assentam na velha convicção elitista de selecionar precocemente os alunos quer pela exclusão quer pela discriminação das vias de ensino para que os empurram.

O que frequentemente se designa por *gramática da escola* refere-se à estrutura e organização tradicionais da escolaridade e do trabalho na sala de aula, centrados no professor e dirigidos ao aluno, fundamentalmente de modo simultâneo.

A outra designação que igualmente se opõe à diferenciação pedagógica é, como já se disse, a da diversificação curricular. Trata-se das variantes e alternativas compensatórias ao currículo regular oficial, sempre socialmente desvalorizadas.

Cada vez com mais frequência, publicistas e personalidades envolvidas no sistema educativo vêm difundindo a designação errónea de diferenciação curricular para dar conta dessas vias secundárias de escolarização que fogem ao currículo regular por percursos paralelos e diversificados de ensino que designam eufemisticamente por ofertas alternativas dos sistemas de ensino.

Confundem, assim, a diversidade das ditas ofertas curriculares com a diferenciação do trabalho em sala de aula a que se procede, para melhor se adaptar o ensino à desejável diversidade dos alunos que frequentam uma mesma turma, com a intenção de se assegurar não só o acesso de todos os cidadãos à escolaridade, como de garantir, tal como a lei prevê, a permanência, com sucesso, de todos os alunos em regime de escolarização obrigatória.

Debrucemo-nos agora, muito sucintamente, sobre as “coisas da escola”, ou seja, sobre um conjunto de procedimentos seculares que hoje vivemos como coisas naturais da vida da escola e que são afinal a cultura que herdámos desde o tempo em que fomos alunos, enquanto regras quase imutáveis dessa tal gramática tradicional da escola, que, tendo nascido em finais do século XVII com La Salle, vem a concluir a sua construção entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XX.

Regras comuns do ensino simultâneo tradicional

Ainda hoje, tal como há pelo menos dois séculos, a maioria das turmas (o regime de classes do século XIX) são constituídas seguindo geralmente o mito pré-razional dos agrupamentos homogêneos, orientados pela hierarquia dos resultados escolares ou de outras distinções de regime antigo (turmas de filhos de professores), ou assumidamente discriminatórias (grupos étnicos, turmas homogêneas por níveis de desempenho, crianças com necessidades especiais e outras).

O professor ocupa, neste regime, dois terços (anos 60) a três quartos (anos 90) da aula, em lições em tudo semelhantes àquilo que já consta no manual obrigatório, que por sua vez será estudado fora da escola (em trabalho para casa) e, quando possível, há-de passar por um padrão de verificação designado por *IRA*, das matérias em repetição, isto é, *Interpelação* (do professor) - *Resposta* (em que os alunos põem o dedo no ar e respondem por indicação seletiva do professor) e *Avaliação* (normalmente pela designação de “certo” ou “errado”, pelo professor). Os referenciais são americanos mas não estarão distantes dos nossos.

E tudo isto, quando sabemos hoje que as aprendizagens intelectuais requerem passar pela fala interativa entre professores e alunos, e alunos entre si, bem como pela escrita (a produção escrita que se não ensina nem trabalha na escola ou acontece apenas num insignificante exercício de correção).

A interlocução pela fala e o uso da escrita são indispensáveis para assegurar a apropriação dos saberes e a capacitação curricular, porque propiciam a consciência de como se chega a esses saberes pela dimensão metacognitiva da comunicação ativa no trabalho intelectual.

O ensino expositivo, as correções em sessão coletiva e as tarefas de aplicação individual seguem em tudo o modo simultâneo de ensino: as mesmas atividades para todos os alunos de uma mesma turma, tratando-os como se fossem um só (método simultâneo de La Salle, séc. XVII).

O estudo, o treino e a consolidação dos saberes não têm lugar, normalmente, nas salas de aula ou na escola. São “coisas da escola” mas têm lugar em casa, como campo de extensão da escola. Nem está sequer assegurado que este esforçado e extenso trabalho dos alunos regressasse à sala de aula para nela ter continuidade e aprofundamento. Presta-se apenas a alguns rituais de verificação pontual.

Os professores raramente trabalham com os alunos que deles precisavam para seu apoio. Não têm em conta, normalmente, no seu ensino, tal necessidade de individualização para ajuda à aprendizagem durante o seu tempo de aulas.

As provas periódicas, os testes e os exames, em profusão delirante, nem sequer são sujeitos a uma análise individualizada e interativa, como trabalho de retroação que fizesse evoluir as aprendizagens, a partir da análise dos erros e imprecisões mais frequentes.

Em consequência de tudo isto, instalou-se uma larga rede de serviços de explicações que constituem um novo negócio no mercado da educação e que se designa já por *escola sombra*.

Passámos assim a dispor de duas escolas paralelas a ensinarem o mesmo aluno, isto é, aquele que pode pagar, diretamente, pelo menos uma delas. Os outros continuarão como sempre, por falta de meios, a ter uma só escola que acabará por excluí-los ou a certificá-los como trabalhadores desqualificados ou pouco qualificados, o que produz efeito muito semelhante.

Quanto aos beneficiários da *escola sombra*, que é o desprestígio confesso da escola regular, privada ou pública, soubemos deles bem recentemente por ter-se verificado que pelo menos metade dos alunos dos cursos científico-humanísticos recorrem a explicações até ao 9.º ano de escolaridade, enquanto 55% dos alunos que se apresentam a exames de acesso à universidade tiveram explicações ao longo de todo o ensino secundário.

A diferenciação do ensino numa mesma turma

A diferenciação pedagógica é, no decurso das últimas décadas, a tentativa mais constante e avançada para derrubar a irracionalidade que atingiu o trabalho escolar que cada vez destrói um maior número de professores e vitimiza os seus alunos, especialmente aqueles mesmos que mais precisariam da escola, pelo direito e respeito que esta lhes deveria.

A maior brutalidade da escola como fábrica de exclusão desapiedada, a sua maior violência, como sublinhou Bordieu, é «a indiferença à diferença».

É por isso que a diferenciação pedagógica na sala de aula, onde todos e cada um deverão ter lugar, decorre antes de mais do reconhecimento interiorizado do direito à diferença.

Só então os professores, uma vez interiorizado esse direito, poderão compreender como a constituição de turmas heterogêneas se assume como um recurso multiplicador de cultura e de aperfeiçoamento sociomoral para uma educação de qualidade acrescida.

A diferenciação na ação pedagógica significa que, numa mesma turma (por natureza e vantagem heterogênea), a variedade humana se constitui como um recurso cultural e de aprendizagem quando nela usamos estruturas cooperativas de interajuda solidária. O potencial de ensino dos pares é tão determinante e indispensável como o dos professores.

Cabe ao professor neste contexto de diferenciação variar as formas de organização do trabalho de aprender e de ensinar o mesmo currículo regular oficial, para que cada aluno possa beneficiar de o máximo de oportunidades no uso da variedade de recursos e da diversidade dos modos de agrupamento e dos tempos das atividades proporcionadas pelo professor e pelos pares: muito trabalho autónomo contratualizado; trabalho partilhado entre pares e trabalho apoiado pelo professor em interação dia-

logada e individualizada. Tudo para que possam, em colaboração solidária e ativamente participada, atingir os objetivos curriculares, com critérios de avaliação partilhados. Importa assegurar percursos diversos com ritmos diferenciados e apoiados em fortes estruturas de cooperação, onde cada um se proponha atingir os seus objetivos curriculares só quando cada um dos outros os possa atingir também. Convém ter em conta quanto a interajuda reforça a aprendizagem de todos.

Um bom sistema de planeamento e regulação, enquanto dispositivo de monitorização continuada, ajuda as aprendizagens escolares a evoluírem para um processo dinâmico de avaliação formadora que vai valorizando os procedimentos tal como os produtos, façam progredir a aprendizagem: uma avaliação que ajude a aprender e se desenvolva pela comunicação efetiva, em plena cooperação.

“Em momentos de crise só a imaginação é mais importante do que o conhecimento». É Einstein que o lembra. É isso também que o tempo nos pede, para re-humanizarmos, finalmente, a educação escolar.